

32º Encontro Anual da ANPOCS; 27 a 31/10/2008

GT 18 – Elites e Instituições Políticas

Patronato Rural e Ação Coletiva

Olavo B. Carneiro

Patronato Rural e Ação Coletiva

Olavo Brandão Carneiro¹

Considerações Iniciais

Esta comunicação faz parte da elaboração de dissertação de mestrado, em fase de conclusão, onde busco problematizar sobre as manifestações de rua como elemento de construção da representação patronal no campo, a partir de um estudo de caso – a manifestação denominada *Tratoração-o alerta do campo*.

Este estudo se insere em uma reflexão mais ampla que busca compreender as formas e mecanismos de organização social e política das classes e grupos dominantes no campo brasileiro, reflexão esta empreendida desde a década de 1980 por Regina Bruno². Mais especificamente, se situa nos marcos da pesquisa *Quem são os “novos” ruralistas no governo Lula?*³, e da pesquisa *Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*⁴.

Uma noção de representação que procura agregar diferentes dimensões: espaço de reafirmação de valores, de construção de projetos de vida, da defesa de interesses os mais variados, da identificação dos adversários e dos aliados e, ainda, da renovação e atualização de suas práticas sociais, culturais e políticas (BRUNO *et al* 2008).

Essa noção de incorpora as entidades formais (associações, sindicatos, grupos de pressão, etc.) e os seus porta-vozes e lideranças, entendida como prática social e como construção de uma retórica de identidade e de legitimidade (BRUNO *et al* 2008). Assim, a adoção da *manifestação* como objeto de estudo é um recorte metodológico de uma problemática maior em torno da *representação patronal no campo*.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ (CPDA/UFRRJ) e membro do *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder* (NARUP/CPDA). (olavorio2002@yahoo.com.br).

² Professora Doutora do CPDA/UFRRJ e coordenadora do NARUP/CPDA.

³ Regina Bruno (coord.) e Olavo Carneiro (assistente de pesquisa), convênio REDES/CPDA-NEAD/MDA, 2004/2005.

⁴ Regina Bruno (coord.), Olavo Carneiro e Janaína Sevá (assistentes de pesquisa), convênio REDES/CPDA-NEAD/MDA, 2006/2008.

A questão das manifestações de rua patronais merece um lugar de destaque em nossa problematização sobre a representação patronal no campo, pois, no Brasil há um patronato rural e agroindustrial promovendo, com recorrência, esta forma de ação coletiva (ver **tabela 1**).

As manifestações de rua possuem um papel particular para visibilidade de um grupo social e de seus interesses e demandas; na construção de uma imagem⁵ para a população, para a mídia, para os agentes do Estado e para “dentro”; na pressão por reivindicações junto ao poder público; no fortalecimento ou enfraquecimento político de entidades de representação, e conseqüentemente nas disputas por hegemonia entre os grupos sociais patronais rurais e agroindustriais no Brasil, e entre estes e os grupos sociais de trabalhadores.

Nessa perspectiva, as manifestações constituem mais um momento do fazer-se classe social.

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias, e formas institucionais.” (THOMPSON 2004:10).

A manifestação de rua é uma situação particular onde indivíduos com experiências comuns articulam a identidade de seus interesses comuns contra outros indivíduos cujos interesses diferem.

Partindo desta perspectiva é que se observa a manifestação de rua como um elemento constituinte da representação de classe dos grupos dominantes no campo brasileiro, um momento privilegiado de intensificação de relações sociais.

⁵ Com destaque para o predomínio de uma retórica que enfatiza ser o *setor* como ordeiro, produtivo, responsável por sustentar economicamente o país.

A categoria *manifestação de rua* aqui é entendida como um tipo de mobilização onde se busca chamar a atenção dos agentes do campo político para os seus problemas pela expressão de uma *opinião política*⁶, através de um repertório de técnicas

“utilizadas para subverter o espaço sonoro da cidade (cantos, gritos, ritmos, sonorização e animadores que lançam por alto-falante determinados *slogans* que são retomados pelos manifestantes, etc.) e o espaço visual habitual da rua (objetos inesperados ou insólitos tais como tratores ou gado nas cidades, disfarces, etc.) com o objetivo de chamar a atenção dos cidadãos e transformá-los em espectadores de um conflito” (CHAMPAGNE 1996: 190).

A princípio isso delimita diferenças com outras formas de mobilização com caráter de “massa” e que geralmente ocorrem em espaços públicos, por exemplo, os *cercos* e *vigílias*, exposições e leilões agropecuários, *encontros de produtores*.

Os cercos e vigílias são manifestações promovidas por grandes proprietários de terra e empresários rurais para o enfrentamento direto às ocupações de terra de trabalhadores rurais e sem-terras, especialmente na região Sul do país (BRUNO *et al* 2005).

As exposições e feiras agropecuárias são também mobilizações do patronato rural. Com características particulares, constituem mais um espaço de construção de interesses e identidades de segmentos patronais rurais e agroindustriais com traços regionais, nos termos abordados por Neves,

“as exposições são mais consagradas pelo seu misto de feira e festa popular, pela referência enaltecida de uma identidade regional”. (1998:298)

Mas também possuem elementos universais como os modos suntuosos de comercialização de produtos de alto valor mercantil e de ostentação do prestígio social de seus proprietários (NEVES 1998:299).

São eventos que *expressam opinião* (CHAMPAGNE 1998), que buscam a atenção do conjunto da população e que podem ocorrer na “cidade”, em sua maioria em áreas fixas

⁶ “(...) uma verdadeira tomada de posição pública que pretende ser normativa e ter a possibilidade de se impor a todos a fim de se tornar, se necessário com a ajuda da lei, a opinião oficial” (CHAMPAGNE 1996: 187).

destinadas especialmente para este tipo de atividade, como por exemplo, os Parques de Exposições Agropecuárias⁷.

As feiras e exposições agropecuárias fazem parte de um calendário anual fixo, nesse sentido não é fruto de reivindicações ou demandas conjunturais, apesar de funcionarem como mais um canal para visibilidade destas. Podem ou não comportar *movimentos de protesto*. Este tipo de ação coletiva não tem como premissa tornar a população *expectadora de um conflito*.

Em comum entre a exposição agropecuária descrita por Neves e a manifestação de rua contemporânea de Champagne é a leitura de que são fenômenos sociais que guardam caráter de *massa e espetacular*, espaço em que diversos grupos se dão a conhecer e a se reconhecer.

Sobre encontros de produtores estou falando particularmente das mobilizações realizadas pela Federação de Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro (FAERJ), caracterizadas por debates e prestação de serviços médicos e de regularização de documentação, em espaços públicos de cidades do interior do estado.

Estas e outras formas de ação coletiva dos grupos patronais rurais e agroindustriais compõem as diversas iniciativas de construção e consolidação da dominação política, ideológica e cultural de classe.

O trabalho ora apresentado pretende demonstrar a manifestação de rua como parte do repertório de ação do patronato rural e agroindustrial brasileiro, pelo menos nas últimas três décadas, e apresentar uma primeira análise sobre as significações que alguns de seus porta-vozes e lideranças fazem deste tipo de ação coletiva.

Para comprovar a hipótese de que o repertório de ação dos grandes proprietários de terra, empresários rurais e agroindustriais engloba a mobilização de tipo manifestação de rua, realizou-se um levantamento em *sites* de entidades de representação destes grupos sociais, em *sites* de busca na internet e na mídia impressa.

Para análise das representações sociais dos porta-vozes e lideranças patronais acerca das suas manifestações de rua, foram realizadas entrevistas com representantes de entidades

⁷ Ou *templo ao reconhecimento* nas palavras de Neves (1998:305)

de classe nos estados do MT, MS, SP, RJ, RS, e em Brasília⁸. Para esta comunicação foi adaptado um segmento da análise apresentada como relatório de pesquisa em março de 2007.

Também foram utilizados os dados da observação *in loco* da manifestação denominada *Tratoração-o alerta do campo*, organizada pelo sistema CNA⁹ entre 27 e 30 de junho de 2005 na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Manifestação de rua como repertório de ação

Segundo Offe e Wiesenthal (1984:67) as associações de empregadores ou de empresas não precisam resolver *o problema da otimização das demandas* coletivamente, que muitas vezes pode ser analisado e decidido por uma equipe de especialistas.

A assembléia de greve, votação de greves, linhas de piquete estariam ausentes do repertório de estratégias das associações de empregadores e de empresas, e concluem que a parcela esmagadora do potencial das sanções continua em poder dos membros que permanecem fora das atividades organizadas, e apenas algum potencial é detido pelos dirigentes das organizações (idem:72).

Conforme os autores, as associações de empregadores e de empresas dependem apenas da sua habilidade de gerar *disposição de pagar* dos seus membros, pois necessitam é de recursos para serem usados de maneira instrumental pela liderança da associação. A habilidade de gerar *disposição de agir* entre os seus membros, é apenas uma necessidade das associações de trabalhadores (idem:73). Para Offe e Wiesenthal (1984:75) as organizações empresariais e de empregadores

⁸ Com exceção das entrevistas feitas no RS, as demais ocorreram no contexto da pesquisa *Grupos de solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*.

⁹ O sistema CNA compreende a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nível nacional; as Federações da Agricultura e Pecuária, nível estadual; e os sindicatos rurais, nível regional ou municipal. Essa é a estrutura legal de representação sindical patronal no campo brasileiro.

“não dependem da democracia interna, da identidade coletiva, ou da disposição de comprometer-se em ação solidária, pelo óbvio fato de que *já estão* em uma posição estrutural de poder”.

Partindo da premissa de que as manifestações de rua são formas de sanção para o alcance de interesses e que o patronato rural e agroindustrial no Brasil estão em posição privilegiada de poder, é que surgiu o interesse em pesquisar sobre a utilização da manifestação por parte dos grupos patronais no campo.

Constatou-se uma recorrência desta forma de ação coletiva por estes grupos sociais, nas últimas três décadas, como meio para expressar suas demandas e pressionar os aparelhos de Estado a atenderem seus interesses.

Há registro na literatura deste tipo de ação coletiva por parte dos grupos dominantes nos anos 1950. Nessa década o patronato rural organizou *pressão de massa*, com *concentrações* de produtores em São Paulo e Paraná, culminando com uma *marcha da produção* até o Rio de Janeiro, para combater o *confisco cambial* que afetava a rentabilidade da produção (Medeiros 1982:65-66).

Como é possível observar na tabela 1, há uma frequência no acionamento das manifestações de rua por um patronato rural e agroindustrial a partir do final da ditadura militar. A década de 1980 é marcada por inúmeras manifestações em que entidades de representação das classes e grupos dominantes no campo ocupam o espaço público com passeatas, comícios e marchas cívicas¹⁰.

Em junho de 1985 a Associação Nacional dos Produtores de Soja foi promotora de uma manifestação em Brasília com caminhões e máquinas agrícolas na frente do Ministério da Agricultura na Esplanada dos Ministérios¹¹. As reivindicações passavam pela aquisição da produção pelo governo a preços melhores que os de mercado, pela diminuição dos juros dos empréstimos, e pela retirada de Francisco Dornelles do ministério da Fazenda¹². Foi uma das iniciativas precursoras deste tipo de ação coletiva por parte do patronato rural a partir deste período.

¹⁰ Sobre esse período e as classes e grupos patronais no campo ver Bruno (1997), Mendonça (2006), Simon (1998).

¹¹ Revista Isto É, n.º. 443, 19 de junho de 1985, pp. 56-57.

¹² Revista Veja n.º. 876, 19 de junho de 1985, pp. 84-86.

Em 1987 foram organizados três grandes eventos, para protestar pela falta de definição de uma política agrícola por parte do governo Sarney, pelo realinhamento dos preços mínimos e pela taxas de juros subsidiadas para o crédito rural.

Em fevereiro ocorreu o movimento batizado de *O Alerta do Campo a Nação*, em Brasília. Em março foi organizado em várias cidades do país o *Protesto Nacional da Agricultura*. Estavam a frente desta manifestação: Roberto Rodrigues - presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Flávio Telles – presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Ronaldo Caiado – presidente da UDR, e Guilherme Afif – presidente da Associação Comercial de SP. E em julho de 1987, ocorreu a *Marcha Cívico-Democrática* convocada pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB)¹³ e com protagonismo principal da UDR (Simon 1998).

O representante da Famato explica as mobilizações promovidas na década de 1980 apenas à luz dos planos econômicos da época e seus efeitos na renda das atividades agropecuárias.

“(...) já participamos, nessa época, de algumas manifestações, indo a Brasília, na crise na época do Plano Cruzado, depois quando foi implantado o, o... 1986, é, eu sei que em 1988, eu pessoalmente, nós tivemos um problema muito sério de perda de renda, certo, e tivemos um problema muito sério na nossa atividade, enquanto produtores rurais, nós tivemos, e tomamos na época o remédio mais amargo que talvez pudesse ter pra gente tentar salvar o nosso patrimônio, que nós pedimos uma auto insolvência, da nossa pessoa física e auto falência da nossas pessoas jurídicas, pra gente poder manter o patrimônio, isso em 1988 (...)” (FAMATO)

Lembramos que esse período foi marcado pela transição da ditadura militar para o retorno de eleições diretas, pela livre associação e reunião, e pelo retorno do debate sobre reforma agrária na sociedade. Período de muitas mobilizações populares, inclusive de luta pela terra, e intensa reação das classes dominantes no campo à proposta do I PNRA em 1985.

¹³ Sobre a FAAB ver Graziano da Silva 1991.

Em 1988 tivemos a Constituinte, onde se travou intensa disputa em torno de proposições legislativas acerca da estrutura fundiária brasileira¹⁴. Isso nos chama a atenção para uma provável potencialização das mobilizações pela articulação entre a agenda fundiária e a agenda de financiamento agrícola do patronato rural e agroindustrial brasileiro.

Os anos 1990 e 2000 foram intensos em mobilizações locais e nacionais do patronato do campo. Entre aquelas com articulação nacional¹⁵ destacamos o *Caminhãoço* (1995); a *Mobilização Acordo Rural* (1999), também denominada *Caminhãoço*; *Contra-marcha em São Gabriel/RS* (2003); *Maio Verde* (2004); *Acorda Brasil* (2004); *SOS Rural* (2005); e *Tratoração - o alerta do campo* (2005).

Em 1995 a reivindicação foi pelo restabelecimento da política de preços mínimos e renegociação de dívidas com bancos oficiais¹⁶, que resultou na securitização das dívidas rurais.

Quatro anos depois o patronato rural voltava a Brasília visando novamente *um perdão das dívidas com os bancos*¹⁷. Segundo a CNA, em 1999 a manifestação foi organizada para

“alertar as autoridades quanto à impossibilidade de pagamento dos débitos e propor uma agenda positiva para o segmento rural” (CNA 2001:71).

O *Maio Verde* em maio de 2004 foi uma manifestação proposta pela Farsul e organizada por diversas entidades patronais, com destaque para as Federações de Agricultura. Ocorreu em treze estados do país e apresentou como objetivo explícito

“conscientizar a população brasileira da importância do agronegócio e divulgar dados sobre produção, geração de empregos e divisas para o país, além de alternativas para

¹⁴ Sobre a Nova República e o debate e reações em torno do PNRA e a Constituinte de 1988, ver Bruno (1997 e 2002).

¹⁵ Como manifestação ou mobilização de rua com articulação nacional estamos nos referindo àquelas que reúnem pelo menos uma destas características: a) organizada por entidades nacionais de representação; b) ocorrência em vários estados; c) envolvimento na organização e apoio de entidades de vários estados; d) objeto de conflito reconhecido como de repercussão geral em termos simbólicos, políticos, jurídicos, etc.

¹⁶ Revista Isto É nº. 1346, 19 de julho de 1995, pp.20-23.

¹⁷ Revista Isto É nº. 1560, 25 de agosto de 1999, pp.24-28.

que a participação do agronegócio na sociedade brasileira possa ser ampliada ainda mais”¹⁸.

Apesar desse objetivo apresentado publicamente, a idéia de ser uma manifestação em oposição ao movimento de ocupação de terras promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), denominado *Abril Vermelho*, fica explícita na declaração,

“Não houve o Abril Vermelho? Eles não invadiram fazendas, não é? Então vamos fazer o Maio Verde.” (APR-MT)

Já o representante da FAMASUL dirá que esta manifestação foi uma iniciativa para dar visibilidade às propostas dos *produtores*, sem fazer uma relação direta com questão fundiária:

“O Maio Verde é muito mais proposições. Você está levando idéias, propostas [...]” (FAMASUL)

No contexto do *Maio Verde*, mas se diferenciando da manifestação do sistema sindical patronal, a UDR promoveu em Presidente Prudente/SP, no dia 28 de maio de 2004, o *Acorda Brasil*, que

“teve como principal objetivo divulgar a importância do agro-negócio (sic) no cenário sócio-econômico brasileiro, como também cobrar dos governos e instituições uma política agrária que respeite as Leis, e acima de tudo o verdadeiro produtor rural.”¹⁹.

A manifestação da UDR também evoca a *importância do agronegócio*, mas a questão fundiária aparece mais nitidamente ao expressar a idéia de cobrança direcionada aos *governos e instituições* e sobre *uma política agrária*. Demonstrando qual é o foco da mobilização.

¹⁸ Revista Voz do Produtor, nº 4 (www.famasul.com.br/revista/visualizar.php?p_codigo=59).

¹⁹ <http://www.udr.org.br/informativos2.htm>

No dia 31 de maio de 2005 ocorreu o *SOS Rural*, protesto que, segundo a CNA, reuniu cerca de 50 mil produtores rurais em 12 estados brasileiros²⁰, para

“alertar a sociedade sobre a crise de renda que atinge o setor agropecuário, produtores rurais realizam protestos em diversos pontos do País nesta terça-feira, 31 de maio. A estratégia, elaborada pelas Federações de Agricultura dos Estados mais atingidos por problemas como a incidência da “ferrugem asiática”, seca ou excesso de chuvas, é realizar protestos regionalizados, com manifestações nas principais rodovias federais ou estaduais, com distribuição de panfletos e realização de alertas para sensibilizar a população sobre a crise que atinge a agropecuária.”²¹.

No mês seguinte assistiríamos ao *Tratoração – o alerta do campo* em Brasília, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e coordenado pelos presidentes das Federações Estaduais de Agricultura Carlos Rivaci Sperotto (FARSUL-RS), Homero Alves Pereira (FAMATO-MT), Kátia Regina de Abreu (FAET-TO e deputada federal pelo PFL/TO) e Marcel Félix Caixeta (FAEG-GO).

Foi uma seqüência do *SOS Rural*, e as dívidas agrícolas estavam no centro das reivindicações. Teve como objetivo explícito:

“O movimento Alerta do Campo visa sensibilizar a opinião pública e autoridades a respeito da brutal perda de renda de importantes segmentos da agropecuária, advertindo para o futuro comprometimento da atividade e as conseqüências da crise do campo para a sociedade brasileira. Durante os dias 28, 29 e 30 de junho de 2005, os produtores dos principais Estados (sic) produtores afetados pela perda de renda do setor estarão em Brasília para reivindicar medidas efetivas e saneadoras, de curto, médio e longo prazos, para atenuar as crises recorrentes típicas da atividade rural”²²

Delegações dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins se fizeram presentes²³.

Tabela 01: Algumas manifestações de rua promovidas por entidades patronais rurais

²⁰ Protesto dos produtores contra a crise na agricultura: sucesso em 12 Estados. CNA, 01/06/05 (<http://www.cna.org.br/cmr/cmr1.swf>).

²¹ <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1372>.

²² CNA. *Tratoração - O Alerta do Campo - As razões da crise*. Sd. (Cartilha), p. 13.

²³ “Tratoração espera 15 mil em Brasília”, Fabíola Salvador. OESP 28/06/05, p. B6.

Mobilização	Data	Organizador/Propositor	Local
Nome desconhecido	1985	Associação Nac. dos Produtores de Soja	Brasília
Alerta do campo à nação	12/2/1987	UDR e FAAB	Brasília
Protesto Nacional da Agricultura	10/3/1987	OCB, SRB, UDR, Assoc. Comercial de SP	Várias cidades do país
Marcha Cívico-Democrática	11/7/1987	FAAB e UDR	Brasília
Caminhãoço	1995	Agricultores gaúchos	Brasília
Caminhãoço	1999	CNA	Brasília
Contra-marcha ao MST em São Gabriel	Jun/2003	Sindicatos rurais do RS e FARSUL.	São Gabriel/RS
Maio Verde	Mai/2004	FARSUL (propositor)	RS,PR,MS,MT,GO,MG,SP,AC.
Acorda Brasil	28/05/04	UDR	Presidente Prudente/SP
SOS Rural	31/05/05	Famato, Famasul, MNP, Acrissul, Faeg, Faep, Faesc, Farsul, Faeb, Faesp, Faemg, Faet, Faepa.	GO, MT, MS, PR, RS, SP, TO, Triângulo mineiro, oeste da BA, sul do Piauí, sul do Maranhão e nordeste do PA.
Tratoração: o alerta do campo	Jun/2005	Federações estaduais, CNA, OCB, UDR e SRB.	Brasília

As condições políticas e econômicas que condicionaram as transformações do meio rural nos anos 1960 e 1970 e consolidou a coalizão de interesses no interior do Estado, mudaram radicalmente a partir da década de 1980. Foi o fim da ditadura militar e da política de crédito rural altamente subsidiado.

Nesse contexto é que observamos a emergência da manifestação de rua como prática política recorrente do patronato rural e agroindustrial, seja como protesto ao fim dos

subsídios no crédito agrícola, seja como reação às ameaças ao monopólio da propriedade da terra.

Na realidade brasileira o que parece ser uma das principais distinções de *lógicas de ação coletiva* entre as classes e grupos dominantes no campo e os setores populares não é a oposição entre gerar *disposição de pagar* dos seus membros ou gerar *disposição de agir*, mas a necessidade e a prioridade que se dá para cada forma de sanção à luz das conjunturas políticas, econômicas e sociais.

A legitimidade da manifestação de rua no discurso de lideranças e porta-vozes

O reconhecimento das manifestações de rua como uma forma legítima, eficaz e necessária de se fazer representar perante a população e as instâncias e agentes do Estado é diversificado nas falas dos porta-vozes e lideranças patronais.

É possível perceber na maioria das entrevistas que acima de supostos valores e princípios, é a conjuntura econômica e política que orienta a adoção da manifestação, e que estas são voltadas para a ação do poder público.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, durante o 8º Congresso Nacional de *Agribusiness*²⁴, afirmou que mobilizações como o *Tratoração* são incompatíveis com o *produtor rural*, pois denigrem a sua imagem, e atribuiu ao governo federal a responsabilidade pela realização de tal acontecimento.

Um representante da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG)²⁵ define as manifestações como um *movimento antigo*. A sua fala de recusa às manifestações de rua como instrumento legítimo e eficaz para representar os interesses patronais passa por pelo menos quatro aspectos.

Um primeiro aspecto é a ênfase de que os principais promotores de manifestações são os *setores* patrimonialistas, enquanto o *agribusiness* é uma adesão à coisa moderna, significanda como tecnologia, gestão:

²⁴ Promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) no Rio de Janeiro em dezembro de 2006.

²⁵ Entrevista concedida em 26 de abril de 2007.

“Entrevistado: [...] A UDR é o lado patrimonialista do campo; o *agribusiness* não é patrimonialista [...] O *agribusiness* é uma adesão à coisa moderna; uma organização moderna; a aplicação de tecnologia; a aplicação de gestão [...]

Pesquisador: E a que patrimonializa é a que se mobiliza?

Entrevistado: Sabe, é aquelas que querem manter a reserva de patrimônio. [...]” (ABAG)

Outro aspecto do argumento é que os conflitos devem ser resolvidos por meio espaços de conciliação, como “câmaras de arbitragem”, não através do enfrentamento direto, onde a manifestação é uma de suas expressões:

“Entrevistado: [...] Então, você pode ver a ABAG, ela tinha um charme de discurso; o discurso das cadeias produtivas; de harmonizar os elos; a redução de conflito; a importância de contratos; de dar previsibilidade de futuro. Quer dizer, é uma linguagem diferente.

Pesquisador: Cadeia produtiva harmonizar os elos, não conflitos...

Entrevistado: Isso! A importância de você criar câmaras de arbitragem; soluções de conflito e controvérsia. Então, você amadureceu o debate. Não adianta. Você vai fazer... vai ganhar no peito e na raça? Tratoração? É um movimento antigo. É um movimento que não convence mais e não agrada a sociedade.” (ABAG)

A visão de que o Estado não é mais o responsável pelos problemas do *setor* e conseqüentemente não possui o papel de resolvê-los, mas que as leis de mercado é que regulam (ou devem regular) as relações econômicas, seria um terceiro aspecto para negar a legitimidade e eficácia das manifestações:

“Só que eles ainda têm visão, que vem a mão do Estado, o Tesouro vem e cobre a sua dívida. Eles não têm a noção de que vem um e compra e o *business* continua; que vem um que está mais capitalizado, mais preparado e a coisa anda.” (ABAG)

Um quarto aspecto diz respeito ao provável impacto na mídia e efeito para a imagem do *setor* que possuem as manifestações:

“É; não tem mais aquele impacto; não tem mais... o Jornal Nacional nem faz cobertura ‘Ah, aqueles caras lá.’ Tratoração o cara já dá risada; sai num pé de jornal. Não é uma mobilização inteligente; é tipo o Movimento Sem-Terra ‘Vamos invadir

propriedade.’ É contra eles, esse tipo de movimento; na imagem deles; denigre a própria imagem.” (ABAG)

Segundo o representante da ABAG as mobilizações de rua não possuem *mais* espaço na grande imprensa, e ainda constrói uma imagem negativa. A fala também associa as manifestações com o MST e *invasão de propriedade*, com uma conotação pejorativa.

Contudo, as declarações do representante da ABAG expressam uma comparação marcada temporalmente. O entrevistado diz que *não convencem mais* e que *não tem mais aquele impacto*. Ou seja, já convenceram e já tiveram impacto maior.

Essa interpretação fica explícita quando o entrevistado fala da Frente Ampla da Agricultura Brasileira (FAAB)²⁶ na Nova República, momento em que a mesma protagonizou algumas manifestações (ver tabela 1):

Pesquisador: A FAAB? É isso?

Entrevistado: Em 1985, 1986, 1987, Roberto Rodrigues... esse daí foi um grande movimento de liderança, inteligente. É o Roberto Rodrigues, é o Alison Paulinelli. O Roberto Rodrigues pela Sociedade Rural Brasileira; o Alison Paulinelli pela Confederação Nacional da Agricultura e o Flávio Menezes... o Flávio Menezes que é Sociedade Rural; o Roberto era OCB.” (ABAG)

É importante destacar que a negação das manifestações do porta-voz da ABAG está fortemente voltada para o *Tratoração* de 2005. Nesse período o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) possuía em seus principais cargos ex-diretores e fundadores da ABAG, a começar pelo então ministro Roberto Rodrigues, ex-presidente da entidade. Outro membro da ABAG no ministério era Ivan Wedekin, Secretário de Política Agrícola, uma das mais importantes secretarias na estrutura interna do MAPA.

A tensão provocada no MAPA pelo *Tratoração* é evidenciada por um representante da Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (FAMATO)²⁷:

“[...] Ministro da Agricultura, certo, que era um bom negociador, acabou ficando desgastado com a gente, porque a gente achava que ele tinha que ter tomado atitude mais radicais e tal, jogar o balde e tal, acho que ele poderia ter feito isso, teve num

²⁶ Ver Bruno (1997)

²⁷ Entrevista concedida em 16 de março de 2007.

determinado momento, se ele fizesse isso, certamente, o Lula, acho que ia ceder, entendeu, nós achamos que ele foi muito, foi muito, diplomático nesse ponto, aliás, diplomático até demais, porque começou a viajar muito aí pelo mundo afora, então ele poderia ter endurecido um pouco mais, mas foi importante.” (FAMATO)

As entrevistas com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)²⁸, Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (FAMASUL)²⁹ e Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (ACRISSUL)³⁰ explicitam o quanto é tênue a linha entre discurso e ação, ou ainda entre a concepção e a prática da representação política. O que os porta-vozes dessas entidades informaram em comum foi uma concepção de que a manifestação de rua não é a melhor forma de representar os interesses do “setor”, mas é necessária em determinados momentos.

O representante da FAMASUL avalia as manifestações de rua como algo sem *resultados*, ou seja, ineficazes. E corroborando com a ABAG, assinala que produzem uma imagem negativa:

“[...] E não as vejo com resultado, e elas acabam no fim passando uma imagem muito distorcida. Por que a hora que nós conseguimos realmente alguns minutos de fama, mas essa fama acaba sendo pejorativa.” (FAMASUL)

Contudo, o porta-voz sul-mato-grossense as considera necessárias em alguns momentos:

“Há um momento [...] que tem que ser caminhonaço mesmo, tem momento que o Maio Verde pode trazer um determinado espaço de mídia que nos ajuda a negociar benefícios junto ao governo do estado, com o Governo federal [...]” (FAMASUL)

Assim, reconhece que a manifestação possibilita um espaço na mídia importante e fundamental para pressionar as instâncias do Estado.

O representante da OCB informa que as manifestações de rua não são as formas mais eficazes de defender os interesses do *setor*, pois estas seriam a *argumentação técnica*:

²⁸ Entrevista concedida em 22 de junho de 2007.

²⁹ Entrevista concedida em 28 de março de 2007.

³⁰ Entrevista concedida em 29 de março de 2007.

“Pesquisador: Quais seriam as formas mais eficazes setor para defender seus interesses?

Entrevistado: Técnica; discussão técnica. Números, dados, impacto econômico; argumentação técnica.” (OCB)

Para ele existe uma racionalidade e uma lógica nas reivindicações dos *produtores*, ou seja, uma razão, que se constitui como elemento capaz de convencer os representantes das instâncias do Estado da justeza dos pleitos patronais.

Deparamos-nos com o fetiche de que a ciência e a técnica substituem ou podem excluir a luta política, em outras palavras, as disputas por interesses. Observamos então que se opera um deslocamento do lugar da luta política. A disputa de interesses em si passa a ser travestido de cientificidade, por meio da construção de um discurso classificado como *técnico e qualificado*.

Todavia, para o representante da OCB a manifestação de rua também não está descartada como forma de ação. Ele informa que quando a *argumentação técnica* não é o suficiente para *convencer* os agentes do Estado, parte-se para *passos* seguintes acionando outros espaços de representação,

“Isso é só no extremo; quando você não consegue sensibilizar pela via técnica. Se você argumenta, você negocia, mas você não consegue trazer as suas idéias... aí você entra no Congresso – é um segundo passo – mobiliza Deputado, trava, vai até os pontos de negociação que a bancada ruralista utiliza – a FRESCOOP não utiliza tanto – mas é... trava pauta e tal, para tentar chamar o Governo à negociação. Aí queimou essas etapas todas; não está conseguindo viabilizar, você faz algum tipo de mobilização.” (OCB)³¹

Essa primeira negociação se dá entre as entidades de representação e as instituições estatais. São audiências com ministros de Estado. Não obtendo êxito nos pleitos, como informa o entrevistado, acionam-se os parlamentares, especialmente a Bancada Ruralista. E por último lança-se mão das manifestações de rua.

O representante da ACRISUL se colocou categoricamente contrário às manifestações, reconhecendo que são situações limites tanto para a sua categoria quanto para o Governo:

³¹ Entrevista com representante da OCB em junho de 2007.

“Pesquisador: Qual sua opinião, por exemplo, das manifestações de rua da classe como forma de defender seus interesses?

Entrevistado: Eu sou totalmente contra, fiz, liderei, fui com eles pra rua dado o momento em que o governo passou a só tomar decisão mediante pressão de rua, que é um absurdo, não é.” (ACRISSUL)

Novamente aparece a idéia de um momento de “necessidade” da manifestação de rua. A sua posição contrária à manifestação não passa por considerá-la ineficaz, como vimos no caso do representante da FAMASUL:

“Elas são eficazes, elas foram mais eficazes na época da Constituição. A constituição nossa não é tão ruim, ela seria pior ainda a nossa Constituição se não fosse os movimentos que nós fizemos na oportunidade, nós conseguimos mudar vários pontos da Constituição.” (ACRISSUL)

O entrevistado defende a eficácia das manifestações e tem como referência as realizadas na segunda metade dos anos 1980, voltadas para o processo Constituinte em 1988. É bom que se diga que o direito de propriedade foi um dos elementos mais conflitivos na Assembléia Nacional Constituinte (ANC)³².

Deste modo, o porta-voz da ACRISSUL está se reportando, sem se referir abertamente, às manifestações patronais de defesa do monopólio da propriedade da terra em contraposição às propostas pró reforma agrária no período. Sua fala demonstra a tentativa permanente de evitar a visibilidade dos conflitos fundiários, ao evocar a *vitória*, sem dizer em relação ao que e a quem.

Corroborando o representante da OCB e FAMASUL, também afirma que a manifestação não é a forma mais adequada para reivindicar:

“Eu acho que nós temos meios mais civilizados de reivindicar, não tem porque eu agredir os outros para reivindicar.” (ACRISSUL)

A manifestação é entendida como uma *agressão*, um meio para reivindicar pouco civilizado, sugerindo uma associação entre manifestação e violência.

³² Sobre patronato rural e Constituinte de 1988, ver Bruno (1997 e 2002) e Mendonça (2006).

Dois espaços de representação dos interesses de setores da agroindústria, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA)³³ e o Departamento do Agronegócio da Federação da Indústria de São Paulo (DEAGRO/FIESP)³⁴ se posicionaram de forma distinta sobre a legitimidade, eficácia e necessidade das manifestações de rua.

Segundo a representante da ÚNICA para o setor sucro-alcooleiro a mobilização de rua é um *universo a parte*, não seria uma forma necessária de defesa de seus interesses, pois o que motiva as manifestações são as dívidas agrícolas com as instituições públicas, que não seria o caso do *setor*:

“Pesquisador: [...] como a ÚNICA enxerga as mobilizações de rua como instrumento para defender os interesses de classe?

Entrevistado: Decididamente não é o universo da ÚNICA. [...] Tem nada a ver. E os fornecedores de cana, também têm pouca dependência do dinheiro público. Não adianta fazer Tratoração. Para que? As dívidas, problemas que assolam o setor agrícola brasileiro em geral, que motivam esse tipo de manifestação, não são o perfil desse setor.”

Para o representante do DEAGRO/FIESP *toda a ação, ela tem que ter uma efetividade prática, senão ela não vale*, sugerindo que a legitimidade está diretamente condicionada à eficácia. Em seguida ele informa que são as *situações conjunturais de mercado*, especialmente os preços internacionais, que determinam o *agronegócio* brasileiro, e não a manifestação, que é incapaz de *produzir estabilidade na cadeia*, de *levar alguma proposta efetiva*:

“[...] eu acho que toda a ação, ela tem que ter uma efetividade prática, senão ela não vale. [...] Mas vem cá, a melhora que teve do agronegócio esse ano, foi pela mobilização do setor? Não, não foi; foi por uma melhora dos preços internacionais. Então se o preço internacional volta a cair esse ano o setor vai sofrer os mesmos problemas dos quais ele estava se queixando lá. Ele conseguiu produzir estabilidade na cadeia? Ele conseguiu levar alguma proposta efetiva? Não, não conseguiu! Não conseguiu. Então quer dizer, a gente, infelizmente, no agronegócio, a gente vive de situações conjunturais de mercado.” (DEAGRO/FIESP)

³³ Entrevista concedida em 25 de abril de 2007.

³⁴ Entrevista concedida em 26 de abril de 2007.

Em um sentido oposto, a Associação de Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso (APROSOJA)³⁵ enfatiza a legitimidade das manifestações ao se referir ao *Tratoração* de 2005:

“[...] Então o que aconteceu lá foi uma manifestação legítima do produtor, sentindo aquele problema na pele, que precisava fazer alguma coisa; que ele precisava se manifestar, para mostrar a indignação dele. Então, eu vejo como uma manifestação totalmente, altamente legítima do produtor rural.” (APROSOJA)

O representante da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (AMPA)³⁶, uma entidade de poucos e grandes produtores de algodão do Mato Grosso (maior produtor nacional da cultura) que comercializam direto no mercado futuro das principais Bolsas de Valores internacionais, classifica a manifestação como um *desabafo* e um *gesto humilhante de uma classe empreendedora*:

“Então é um desabafo que eu senti e para sensibilizar a classe política, foi um gesto que eles se pronunciaram. Mas não houve rebeldia, não é ato de política, revolucionário; foi um gesto assim humilhante de uma classe empreendedora.” (AMPA)

O porta-voz da AMPA parece atribuir às noções de “desabafo”, “pronunciamento” e “humilhação” a condição de elementos de legitimidade da manifestação, assim como o objetivo de “sensibilizar a classe política”. Ao mesmo tempo em que parece sugerir que “rebeldia”, “política” e “revolução” são noções que informariam uma condição não legítima.

Abordar algumas questões como legitimidade, eficácia e necessidade das manifestações de rua, na visão de porta-vozes e lideranças do patronato rural e agroindustrial brasileiro, nos permitiu perceber distintos nuances de significações.

Se posicionar contrariamente à manifestação ou não considerá-la a melhor opção de ação (por ser vista como ineficaz, sem impacto, produtora de uma imagem negativa, uma

³⁵ Entrevista concedida em 13 março de 2007.

³⁶ Entrevista concedida em 14 de março de 2007.

agressão à população, etc.), para reivindicação do *setor*, não significa a não organização, participação ou apoio às mesmas.

Considerações Finais

O histórico de manifestações de rua das classes e grupos sociais dominantes no campo brasileiro e as entrevistas com seus representantes, permitiu observar dois perfis de demandas ou reivindicações que motivam as manifestações patronais.

Um perfil diz respeito às questões fundiárias, são manifestações que trazem demandas como: (a) manutenção e ampliação da legislação em defesa do direito de propriedade, (b) repressão estatal aos movimentos de luta por terra, (c) cumprimento de reintegrações de posse, (d) políticas restritivas a uma reforma agrária, (e) medidas judiciais favoráveis aos grandes proprietários de terra. Geralmente são ações reativas às iniciativas dos movimentos pró reforma agrária.

Outro perfil de demandas que impulsionam as mobilizações de rua patronais está relacionado às políticas agrícolas, particularmente as que tratam, principalmente do financiamento agrícola (renegociação de dívidas, taxas de juros do crédito rural), mas também políticas como preço mínimo e seguro rural.

As entrevistas com representantes políticos do patronato rural e agroindustrial demonstraram diferentes opiniões sobre o papel, hoje, das manifestações de rua como forma de representação de interesses destes grupos sociais.

Dizer-se ou se colocar contrário às manifestações não implica em não organizar, participar ou apoiar às mesmas. As significações podem inclusive mudar conforme o momento histórico, vai depender dos interesses em jogo e dos sujeitos em disputa.

Bibliografia

BARBOSA, R. S. **Entre igualdade e diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil.** tese defendida em 2007, CPDA/UFRRJ.

- BRUNO, R. **Senhores da Terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro. Forense Universitária/EDUR, 1997.
- BRUNO, R. **O ovo da serpente: Monopólio da terra e violência na Nova República**. Unicamp (tese de doutorado), 2002a.
- BRUNO, R. **Nova República: A violência patronal rural como prática de classe**. Anais Alas-Ru (artigo), 2002b.
- BRUNO, R. e CARNEIRO, O.B. **Relatório Final de Pesquisa *Quem são os “novos” ruralistas no governo Lula?***, convênio REDES/CPDA-NEAD/MDA, 2005.
- BRUNO, R.; CARNEIRO, O.B. e SEVÁ, J.T. Relatório Final
- CNA. CNA, Brasil - 50 anos, 2001.
- DA ROS, C. A. O movimento “vistoria zero” e as ações de resistência do patronato rural as políticas de assentamento no Rio Grande do Sul entre os anos de 1999 e 2002. Anais do **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife/PE. 2007
- DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.
- DELGADO, G. Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: Ramos Filho, L.O.; Aly Júnior, O. (eds.) **Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Incra/Embrapa, 2005.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: a estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. Campinas, **XXIX Congresso Brasileiro de Economia Rural - Anais da Sober**, 1991.
- LEAL, G. F. **Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (1995-2001)**. Unicamp (Dissertação de Mestrado), 2002.
- LEAL, G. F. **Organizações da burguesia agrária e reforma agrária no Brasil: Um estudo sobre a Confederação Nacional da Agricultura (1995-2001)**. Anais Alas-Ru (artigo), 2002.
- LEITE, S. Dilemas do Financiamento da Agricultura Brasileira. **Boletim nº. 04/2007 do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA)**, 2007.
- MARTINS, J.de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981. (cap. 1, “Os camponeses e a política no Brasil”).
- MARTINS, J.de S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *In Estudos Avançados/Universidade de São Paulo*. Instituto de Estudos Avançados, vol. 15, nº. 43, São Paulo: IEA, 2001.
- MEDEIROS, L. S. de. **A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964** (Dissertação de Mestrado), 1982.

MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro, UNRISD e Edur/UFRuralRJ, 2002.

MEDEIROS, L. S. de. Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo. **Boletim n.º 06/2007 do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA)**, 2007.

MENDONÇA, S.R. **A Sociedade Nacional de Agricultura: representação empresarial e reforma agrária no Brasil dos anos 1980**. Anais Alas-Ru (pp 2639-2648), 2002.

MENDONÇA, S.R. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira do Agribusiness. **Antítese - Marxismo e Cultura Socialista**. n.º. 02, maio de 2006.

MORAES, P. G. Algumas observações para o estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira. **Revista Reforma Agrária**. Campinas, ano 17, n.º 2, pp 17-33, ago/nov 1987.

NEVES, D.P. Exposições Agropecuárias: Redimensão Social dos Pecuáristas. *In: Carneiro et al (orgs.) O campo aberto: O Rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

OFFE, C. “Dominação Política e Estruturas de Classes: contribuição à análise dos sistemas sociais do capitalismo tardio.” *In: Vogt, W., Frank, J. e Offe, C. Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro – série estudos alemães, 1980.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

PALMEIRA, M. e LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. *In: COSTA, L.F. e Santos, R. (orgs.) Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 (1998) 3ª edição.

SIMON, C. G. B. **Os campos dos senhores: UDR e elite rural – 1985/1988**. Londrina, Ed. UEL, 1998.

TOURRAINE, A. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.